



BIBLIOTECAS
MUNICIPAIS
DE LISBOA

A Paródia: folha independente feita para toda a gente – Teve uma existência fugaz e algo misteriosa esta proposta humorística, bissemanal, publicada em Lisboa, durante o mês de Janeiro de 1923, na ressaca das eleições administrativas de Novembro de 1922.

Em Lisboa, e por todo o país, a votação foi marcada por vários incidentes violentos – tiros, socos e bengaladas –, além de outras situações anómalas, como mesas de voto que não abriram, eleitores inscritos em mais de uma secção de voto, etc. A imprensa da época fez amplo relato desses distúrbios, variando os “casos” reportados, os comentários e as conclusões em função da conotação política do jornal.

Na sequência das reclamações havidas, as eleições foram submetidas a uma auditoria do Tribunal Administrativo, que, no final de Dezembro, concluiu que a eleição dos procuradores à Junta Geral do Distrito de Lisboa e dos vereadores à Câmara Municipal teriam de repetir-se em algumas secções de voto. Situação que se replicou por outros distritos e concelhos.

Como se pretende demonstrar, o aparecimento d’ ***A Paródia*** foi condicionado por aquelas eleições e pela posterior sentença do contencioso administrativo. Mas antes de aprofundarmos essa natureza reativa da publicação, fixemos atenção no título escolhido, na linha gráfica e na equipa. O ressuscitar da célebre folha humorística que Rafael Bordalo Pinheiro dirigiu entre 1890-1907, não se ficou pela simples evocação do título. O traço do mestre e algumas das suas figuras mais emblemáticas, como a célebre «porca da política», foram ostensivamente replicados por um artista que assinava como «Adão». A semelhança atingiu tal dimensão que levou a família Bordalo Pinheiro a manifestar publicamente o seu desconforto, através do *Diário de Lisboa*, que, na edição de 15 de janeiro de 1923, publicou, na primeira página, a seguinte informação: «Sabemos que ninguém da família do extraordinário caricaturista Rafael Bordalo, concorda com a imitação que se está publicando do glorioso semanário *A Paródia*, visto que até hoje, ainda ninguém apareceu que pudesse continuar a obra de Rafael. Pede-nos Pedro Bordalo¹, para evitar mal entendidos, que declaremos, em seu nome, que não faz parte da empresa editora da aludida folha.» É um episódio com laivos curiosos, passível de várias interpretações, e que poderá ter tido outros desenvolvimentos, nomeadamente ao nível da continuidade da própria publicação, mas nada de concreto podemos acrescentar.

¹ Sobrinho de Rafael Bordalo Pinheiro, pelo lado pai, Tomaz Bordalo Pinheiro.

COLABORAÇÃO ARTÍSTICA

Voltando ao **elenco redatorial**: completava-se com outros personagens bíblicos, como a «**Eva**», o «**Abel**» e o «**Caim**», aos quais se juntava um tal «**Milezero**», que o folhear das páginas revelará como «agente especial» posto ao serviço do jornal pelo Governador Civil de Lisboa.² Foi no jornal *O Século*, que se encontrou informação útil ao esclarecimento da identidade deste grupo de humoristas. Ao noticiar o aparecimento da publicação, sublinhando as semelhanças, «tanto nos motivos, como no traço», com «aquela esfuziante graça tão portuguesa, de que foi mestre o inolvidável Bordalo Pinheiro», confidenciou: «N'esta Paródia que desponta agora há que fazer referencia especial ás paginas a côr a que o lapis de «Adão» (pseudonimo do engenheiro **Calvet de Magalhães**^[3]), colaborador do «Século» da noite, emprestou gosto artístico, o que foi uma revelação, sendo tambem para salientar a cuidada redacção do nosso camarada **Simões Coelho**^[4].»⁵

É ainda indicado um editor, **João Lemos de Nápoles**, provavelmente relacionado com a «**Emprea de Comercio Internacional Lisboa-Rio**», que assumia como sua a edição daquela *Paródia*.⁶

² Cf. «Mil Zero», in *A Paródia* n.º 1, pág. 3.

^[3] A ausência do primeiro nome trouxe alguma dificuldade à identificação do autor, até porque a família “Calvet de Magalhães” é extensa e mais do que um dos seus elementos dedicou-se à caricatura e à ilustração. Mas com base na investigação feita, que contou com a generosa colaboração de Leonardo De Sá, é certo que se trata de **Manuel Faria de Sousa Calvet de Magalhães**, mais conhecido por Manuel Pinto de Magalhães (Lisboa, 20/08/1882 – Estoril, 16/05/1963) – informação que foi confirmada pela própria família. Manuel Pinto de Magalhães esteve ligado a administração pública, e também desenvolveu atividade como contabilista, publicista, jornalista e caricaturista. A referência ao «engenheiro» por parte d’ *O Século* terá resultado de qualquer confusão ou erro. Foi, de facto, colaborador deste diário (edição da noite), para o qual assegurava, na mesma época, e sob o nome «Adão», a página de «O Bom Humor da Semana»; uns anos mais, em 1939, esse pseudónimo (re)apareceu sob a forma «A. Dão», no *Rim-Tim-Tim* (1939); Pinto de Magalhães disseminou o seu humor e também muita prosa por outros periódicos como: *Jornal do Comércio*, *Diário Popular*, *A Província de Angola* e o *Notícias da Tarde*, de Lourenço Marques; e fundou, com Francisco Valença, o *Chinelo* (1900); a folha *Agulhas e Alfinetes* (1926), de Lourenço Marques; e dirigiu *A Paródia*, de 1931.

^[4] A dificuldade de identificar “Simões Coelho” resultou do mesmo défice: a ausência de um nome próprio. Mas também neste caso, da investigação realizada, que passou pela imprensa brasileira (periódicos como *Diário Carioca*, *A Noite*, *O Paiz* e *Jornal do Brasil*), e também contou com a colaboração de Leonardo De Sá, concluiu-se que se trata de **José Simões Coelho** (1880-1946), jornalista, ensaísta, escritor, crítico, bibliotecário, professor de declamação e ator de teatro. Foi colaborador do jornal *Ilustração luso-brasileira* (1856-1859). Em 1915, Simões Coelho foi nomeado delegado comercial de Portugal na América do Sul e estabeleceu-se no Brasil, onde viveu e acabou por falecer, a 11/08/1946. Pouco tempo depois de se instalar, assegurou para o jornal *Paiz* um conjunto de artigos sob o lema «Propaganda de Portugal». Além da atividade de diplomacia comercial, Simões Coelho foi bibliotecário no Liceu Literário Português, onde também terá lecionado declamação. Não obstante ter criado sólidas raízes do outro lado do Atlântico, Simões Coelho manteve sempre contacto com Portugal, quer como colaborador de *O Século* e provavelmente de outros periódicos, quer publicando ensaios e monografias.

⁵ Cf. «A Paródia», in *O Século*, de 11/01/1923, p. 5.

⁶ Conferir a contracapa.

A publicação tinha sua **sede administrativa e a redação** instaladas no n.º 34, da **Travessa da Queimada**, ao Bairro Alto⁷; a produção da publicação era assegurada pela **Litografia «Salles Ltd.^a»**, que a partir do n.º 2 foi substituída pela **Litografia «Castro e C.^a, Sucessor»**, e pela **«Sociedade Nacional de Tipografia»**, que se manteve inalterável.

CONTEXTO E PROGRAMA

Como acima referimos, o lançamento d' *A Paródia* ocorreu no rescaldo das atribuladas eleições administrativas de Novembro de 1922. De acordo com a legislação então vigente, essas eleições desenvolviam-se em dois domingos do referido mês.⁸ No primeiro, elegiam-se os procuradores às juntas gerais dos distritos e os vereadores às câmaras municipais; e no terceiro domingo, elegiam-se as juntas de freguesia. Em Lisboa, a primeira eleição (dia 12) foi disputada por **quatro listas republicanas**, propostas por organizações partidárias distintas – Partido Republicano Português (ou democráticos), Partido Republicano Presidencialista, Partido Republicano Liberal e Partido Republicano de Fomento Nacional –, **uma lista socialistas e outra dos monárquicos**.

Em resultado da divisão das forças republicanas, que foi acompanhada por uma grande abstenção, e, simultaneamente, por uma **forte mobilização dos monárquicos**, estes **alcançaram um excelente resultado, elegendo os seus primeiros vereadores na Câmara de Lisboa** (desde a instauração da República). **Os republicanos, embora vencedores, entraram em pânico**, sobretudo os democráticos, que constituíam o maior partido republicano, e fizeram soar todos os alertas, para que o desaire não se repetisse ou agravasse nas eleições para as juntas de freguesia, que teriam lugar daí a 15 dias, no domingo, 26. As páginas dos jornais encheram-se de apelos à unidade e ao dever de votar; nos centros do P.R.P. desenvolveram-se sessões de esclarecimento protagonizadas pelos dirigentes mais prestigiados; nas ruas, praças e jardins organizaram-se comícios e manifestações; e os mais radicais não se coibiram de levar a cabo ações intimidatórias dos monárquicos. O esforço deu resultado, pois **no escrutínio de 26 de Novembro a votação republicana subiu**, sobretudo a dos democráticos, que praticamente duplicou, **e a dos monárquicos desceu consideravelmente**.

Comparação da votação nas eleições de Novembro de 1922⁹

LISTAS	VOTOS A 12	VOTOS A 26
Democráticos	8 423	16 320
Monárquicos	7 301	5 332
Liberais	811	611

⁷ Próximo do local onde hoje está instalada a Hemeroteca Municipal de Lisboa.

⁸ Cf. Lei n.º 3, publicada no *Diário de Governo* n.º 153, de 3 de Julho de 1913, e Lei n.º 88, publicada no *Diário do Governo* n.º 183, de 7 Agosto do mesmo ano. A data das eleições administrativas de 1922 foi fixada pelo decreto n.º 8:390, publicado no *Diário do Governo* n.º 202, de 27/09/1922.

⁹ Os resultados da votação do dia 12 de Novembro não são definitivos por razão dos distúrbios verificados.

Socialistas	318	1 011
Presidencialistas	170	736
Fomento Nacional	5	não concor.

Informação recolhida n' *A Pátria*, de 14/11/22 (p. 2) e de 27/11/22 (p. 2).

Na sequência da impugnação das eleições de 12 de Novembro, a vereação da Câmara Municipal de Lisboa, que terminava o seu mandato no final do ano, manteve-se em funções. Politicamente, isso significava que os democráticos e os socialistas continuariam a governar a cidade.¹⁰ A decisão do juiz auditor foi comunicada à câmara através de um ofício do Governador Civil, datado de 30 de Dezembro. No dia 5 de Janeiro de 1923, a câmara reuniu então em sessão extraordinária, para eleger a Mesa da Câmara (presidente, vice-presidente, 2 secretários e 2 vice-secretários), e a Comissão Executiva (constituída por 9 vereadores),¹¹ que haveriam de servir até que uma nova vereação fosse eleita e tomasse posse.¹²

Poucos dias depois daquela reunião extraordinária, mais precisamente 5 dias após, *A Paródia* apareceu nas bancas. Mas a sua **preparação começou em Dezembro de 1922, pois o *Diário de Lisboa* anunciou o lançamento** na primeira página, da edição do dia 27 daquele mês, nestes termos: «Na quarta-feira, 3 de Janeiro, começará a ser publicada *A Paródia*, bi-semanario de caricaturas no género dos trabalhos do Mestre que foi Rafael Bordalo Pinheiro. *A Paródia* terá como legenda: Folha independente e feita para toda a gente. Não se vende, compra-se. Os seus redactores acobertam-se com os seguintes pseudónimos: Adão, Eva, Abel e Caim, pertencendo ao primeiro a direcção artística.».

Merece também destaque a publicidade que foi feita à publicação, na medida em que isso revela o esforço desenvolvido para conquistar leitores, isto é, assinaturas. Quer o *Diário de Lisboa*, na edição de 09/01/1923, quer o *Século*, de 10/01/1923, apresentam uma caixa publicitária sobre *A Paródia*, com referência aos autores e ao «Sumário».

Portanto, não oferece dúvida que logo após as eleições para as Juntas de Freguesia (26), onde se registou uma inibição do voto monárquico, *A Paródia* começou a ser preparada. O seu lançamento acabou por sofrer um pequeno atraso, pois só se concretizou a 10 e não a 3, como reza a notícia do *Diário de Lisboa*, mas isso não altera o reconhecimento da sua natureza reativa.¹³

¹⁰ A Câmara cessante fora eleita em 1919, numa votação que foi ganha pela lista dos democráticos, mas os socialistas elegeram 9 vereadores.

¹¹ A administração regia-se pelo Código Administrativo de 1878, que fora restabelecido pouco depois da instauração da República, conforme consta do *Diário do Governo* n.º 9, de 15/10/1910. Recentemente, o Decreto 1:328, publicado no *Diário do Governo* n.º 175, de 26/08/1922, introduzira alterações na constituição das Câmaras.

¹² Cf. *Actas das Sessões da Comissão Executiva. Câmara Municipal de Lisboa* (1923). Disponíveis no Gabinete de Estudos Olisiponenses.

¹³ Também *O Século* se antecipou em relação ao lançamento, noticiando-o na edição do dia 7/01/1923, pg. 3.

O grande objetivo d' *A Paródia* era manter viva e coesa a mobilização monárquica. As primeiras eleições de Novembro tinham demonstrado que **os monárquicos tinham peso em Lisboa**, ao contrário do que era corrente dizer-se. **Pela via eleitoral, isto é, de uma forma legal, podiam conquistar o poder se trabalhassem para isso e se não se deixassem intimidar.** Aquele capital e esta expectativa não podiam ser desperdiçados, até porque havia mais eleições. Tanto quanto se sabia, as de 12 Novembro repetir-se-iam em algumas secções de voto, e outras mais haveria, pois era assim que a república democrática funcionava.

Como se poderá verificar, estas ideias estão implícitas no «Prefácio desta *Paródia*», quando afirma: «Esta arte de análise e forma de critica, integradas na missão moderna da imprensa, ressurgem n'um momento em que renascem todas as tradições para que a nossa terra encontre os seus pontos naturaes de apoio e reviva.».¹⁴

Na ideia de renascimento das tradições, cabia, além da recente expressão eleitoral do voto monárquico, outros fatos promissores, particularmente os que indiciavam a progressiva marginalização das fações republicanas radicais, e, simultaneamente, a descoberta de espaços de entendimento entre republicanos moderados, conservadores e monárquicos. Ao nível do governo central, essa política vinha sendo ensaiada pelo chefe de Governo e um dos dirigentes do P.R.P., António Maria da Silva. O culto patriótico, o nacionalismo, a religião católica, constituíam alguns desses eixos partilhados e que vinham sendo explorados, enformando festejos e cerimónias de grande impacto publico e mediático, como a viagem aérea de Gago Coutinho e Sacadura Cabral (Março-Junho de 1922), o centenário da independência do Brasil (Setembro de 1922), a cerimónia de colocação do barrete cardinalício ao nuncio apostólico pelo Presidente da República, António José de Almeida (Janeiro de 1923), entre outras.

A opção gráfica d' *A Paródia* de copiar o traço de Rafael Bordalo Pinheiro reveste-se do mesmo simbolismo ressurrecional, de reencontro com os ditos «pontos naturaes» e, portanto, comuns. E é nesta procura da concertação que se desfaz a aparente ironia e contradição que resulta da assunção, pelos monárquicos, do caricaturista que tanto ajudara ao desgaste e derrube da Monarquia. Além de que na generalidade da imprensa, e particularmente na humorística, a luta política continuava a assentar na mesma estratégia de outrora: desacreditar os partidos e os políticos. Não se defendiam ideias, desgastavam-se personalidades e instituições. Pouco mudara. Talvez por isso *A Paródia* encerre a sua apresentação programática com esta explicação de timbre confessional: «Demos a mão ao passado, para compreendermos *A Paródia de hoje...*».¹⁵ Dito isto, reserva-se para os investigadores ou simples curiosos o prazer da descoberta da virulência gráfica que dá cor às quatro edições d' *A Paródia*.

¹⁴ Cf. «Prefácio desta *Paródia*», in *A Paródia* n.º 1, p. 2.

¹⁵ *Idem*.

Resta apenas referir o desfecho surpreendente das tão inspiradoras eleições administrativas. A 3 de Fevereiro de 1923 – já *A Paróquia* desaparecera das bancas –, foi publicado o decreto a agendar a sua repetição no dia 18 de Março daquele ano¹⁶. Mas não passou de letra morta, pelo menos não encontramos nenhuma notícia sobre a sua realização; uma **nova sentença do Tribunal Administrativo, de 3 de Abril, declarou válidos os resultados da eleição de 12 de Novembro de 1922**, pelo que a **5 de Abril de 1923 tomou posse a vereação então eleita, na qual figuravam 21 democráticos e 7 monárquicos**: por eleição, Albano Augusto Portugal Durão (democrático) assumiu a presidência da Câmara; e integraram a comissão executiva: Eduardo Alberto Lima Bastos, António Maria Marques da Costa, Alexandre Ferreira, Alfredo Pedro Guisado, António Germano da Fonseca Dias, Joaquim Duarte Fernão Pires, Luís da Costa Amorim, Manuel Freire da Cruz e Raul Marques Caldeira, todos democráticos.¹⁷ É um episódio picaresco e que reflete o nível de degradação que assolava a I República.

Lisboa, 15 de Julho de 2013-07-15

Rita Correia

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

Actas das Sessões da Comissão Executiva. Câmara Municipal de Lisboa (1923).

RAMOS, Rui (coord.), MONTEIRO, Nuno Gonçalo e SOUSA, Bernardo Vasconcelos e – *História de Portugal*, 6.º vol., Lisboa: A Esfera dos Livros/Expresso, 2009.

SANTOS, Marias do Rosário e VIEGAS, Inês Morais (coord.) – *A Evolução Municipal de Lisboa. Pelouros e Vereações*. Lisboa: Arquivo Municipal/Pelouro da Cultura/Câmara Municipal de Lisboa, 1996.

Imprensa

A Capital: diário republicano da noite, 1922 e 1923- Disponível na Hemeroteca Digital: <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/ACapital/ACapital.HTM>

Diário de Lisboa, 1922 1923. Disponível Na Fundação Mário Soares: http://www.fmsoares.pt/diario_de_lisboa/ano.php

A Pátria: diário da manhã, 1922 e 1923. Disponível na Hemeroteca Municipal de Lisboa, com a Cota: J. 192 A

¹⁶ Cf. decreto n.º 8:607, publicado no *Diário do Governo* n.º 23, de 3/02/1923; poucos dias depois, a 12, novo decreto (n.º 8:635) anulou o anterior – Cf. *Diário do Governo* n.º 30, de 12/02/1923.

¹⁷ Cf. *Actas das Sessões da Comissão Executiva. Câmara Municipal de Lisboa* (1923). Disponíveis no Gabinete de Estudos Olisiponenses; e SANTOS, Marias do Rosário e VIEGAS, Inês Morais (coord.) – *A Evolução Municipal de Lisboa. Pelouros e Vereações*, p. 126.

O Século, 1922 e 1923. Disponível na Hemeroteca Municipal de Lisboa, com a Cota: J. 198 A

O *Dia*, 1923. Disponível na Hemeroteca Municipal de Lisboa, com a Cota J. 137 A.

A *Época*, 1923. Disponível na Hemeroteca Municipal de Lisboa, com a Cota J. 370 A.